jornal da tarde

A Constituinte

O PODER DA ASSEMBLÉIA

Sarney resiste às reformas da atual Constituição: "É aberração." E o PFL promete impedi-las.

Foto de Sérgio Borges

Foto de Alencar Monteiro

Para impedir reformas "homeopáticas" da atual Constituição, o PFL vai procurar alianças no plenário. E vai defender o mandato de seis anos para Sarney, como lhe comunicou a bancada paulista (à esquerda).

O presidente Sarney considera uma "aberração" a proposta autorizando a Mesa Diretora da Assembléia Constituinte baixar resoluções constitucionais, alterando, total ou parcialmente, a atual Constituição, segundo proposta do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) em conversa com dirigentes e parlamentares do PMDB e do PFL, ele insistiu na tese de que a Constituinte é livre e soberana para elaborar a nova Carta, e não para modificar a Constituição vigente.

Na opinião do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), a proposta é "inidonea", lembrando que somente o Congresso, pelo quorum qualificado de dois terços da Câmara e do Senado, tem poderes para alterar a atual Constituição.

Sarney fez restrições à iniciativa do deputado Maurílio Ferreira (PE), um dos "xiitas" do PMDB, inclusive com o presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães. O PDT, o PT, o PCB, o PC do B e facções da esquerda do PMDB pretendiam ontem à noite cobrar uma definição de Ulysses sobre o projeto de resolução que dá poderes à Mesa da Constituinte de baixar resoluções constitucionais.

No plenário da Constituinte, mais uma vez foi levantada ontem a questão da extensão de seus poderes — e mais uma vez Ulysses deixou de esclarecer quando haverá uma definição. A interpelação foi feita por José Genoíno (PT-SP), que queria saber se a Constituinte terá ou não poderes totais, podendo até baixar atos ou resoluções para alterar ou revogar no todo ou em parte dispositivos da Carta em vigor. Ulysses limitou-se a dizer que a Mesa "examinará a questão".

Figura inexistente

"Resolução constitucional é uma figura que simplesmente não existe, e não pode ser criada agora em matéria institucional," afirmou ontem o senador e jurista Afonso Arinos, referindo-se à proposta apresentada em plenário pelo deputado Maurílio Ferreira Lima. "No Congresso norte-americano existe tal figura, mas funciona apenas para iniciativas das duas Casas do Congresso, referente a questões de cerimonial, portanto, sem nenhuma importância política ou jurídica", observou o senador carioca.

A proposta do deputado pernambucano porém, foi bem aceita pelos parlamentares da esquerda, mas poucos acreditam que venha a progredir a ponto de ser aceita pela Constituinte. Para Roberto Cardoso Alves, (PMDB-SP), a adoção da medida resultaria simplesmente no estabelecimento de uma "ditadura da Constituinte, e tão nociva quanto a ditadura dos militares". Cardoso Alves acha que a proposta não tem futuro e reiterou que o poder da Constituinte deriva da Constituição em vigor, que não poderá ser revogada, sob pena de instauração do arbítrio coletivo.

O deputado Álvaro Vale (PL-RJ) observou que o precedente levantado pelo parlamentar do PMDB é perigoso, "mas as consciências liberais não podem aceitar qualquer detentor do poder aconselhando a adoção de medidas acima da lei". Vale também não acredita na aprovação da sugestão, o mesmo acontecendo com o paulista Guilherme Afif Domingos (PL) que localiza muitos constituintes "jogando para as arquibancadas". "Formos eleitos com base na Constituição em vigor e, apesar de seus evidentes defeitos e do caráter autoritário, terá que ser preservada senão o País cairá no vazio institucional e o resultado serão crises perigosas."

O líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos, não concorda

A soberania da Constituinte: assunto para Ulysses pensar e que inquieta o governo.

nem acredita na aceitação da proposta de Maurílio Ferreira Lima, frisando que o País não pode prescindir do funcionamento da Câmara e do Senado para o debate da legislação ordinária e dos problemas do cotidiano. Do mesmo modo pensa Hélio Duque (PMDB-PR) ao lembrar que os constituintes foram eleitos com base na emenda 26 que propõe a eleição de deputados e senadores para reunir-se em regime unicameral na Assembléia Nacional Constituinte. Maurílio Ferreira Lima acha que sua proposta tem sido desvirtuada pelos críticos e sua intenção é preservar a soberania da Constituinte e sua predominância sobre as Casas do Congresso.

O PFL vai buscar apoio de outros partidos como o PTB, o PL e o PDC, para evitar que seja votada pelo Congresso Nacional a questão de ordem levantada por Maurílio Ferreira Lima sobre os poderes do Congresso Constituinte para mudar a Constituição em vigor. A disposição do PFL foi comunicada ontem ao presidente Sarney pelo líder da bancada no Senado, Carlos Chiarelli.

Aliás, o senador disse que pretende atuar para que o regime da Casa contenha normas que evitem que a Assembléia Nacional Constituinte trate de assuntos que não sejam pertinentes à elaboração da futura Constituinte. Ele acha que os parlamentares contra a votação da questão de ordem representam a maioria esmagadora no Congresso e, portanto, a proposta sequer deverá ser votada.

Perigo

A propósito da possível emenda da atual Constituição pela Assembléia Constituinte, o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, disse ontem: "Nenhuma Constituinte foi soberana para fazer uma revolução constitucional". Passarinho não admite que a Constituinte, em doses homeopáticas, emende a atual Constituição. "Ela é soberana para escrever a nova Constituição. Porque se ela, por simples projeto de resolução, pode por em recesso Câmara e Senado, pode fechar também o Supremo, implantar a monarquia e, depois de amanhã, cassar o mandato do presidente José Sarney." Passarinho admite, porém, votar, agora, através do Congresso, a emenda da restauração das prerrogativas do Poder Legislativo. "Para que não tenhamos os constituintes submetidos a qualquer tipo de ameaça, parece imperativo restaurar as prerrogativas dos membros da Câmara e do Senado. O Congresso se reunirá, em caráter extraordinário, para restabelecer as prerrogativas como as da Carta de 1946."

Já o deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), citando a confirmação dos senadores eleitos em 1982 para a elaboração da Constituição, pensa o contrário:

"Pode. E por que não? A Constituinte pode dizer qual a ordem jurídica que vai vigorar a partir de sua instalação, até que a nova Carta entre em vigor. A de 1946 chegou a reduzir o mandato do presidente Dutra para cinco anos e aumentar o dos deputados em um ano. Se o bom senso iluminar os líderes do PMDB e do PFL, faremos aprovar resolução referendando o mandato de Sarney. Disciplinando a aplicação do decreto-lei, o funcionamento da Câmara e do Senado e as prerrogativas do Legislativo isso daria estabilidade à transição."

Pertence

O procurador-geral da República José Paulo Sepúlveda Pertence afirmou ontem que a Assembléia Nacional Constituinte tem poder apenas para interpretar a atual Constituição, mas não para reformar o seu texto. O chefe do Ministério Público Federal explicou que essa interpretação pode ser feita pela Assembleia nos assuntos que dizem respeito ao seu próprio andamento, como se procede em qualquer órgão estatal.

Segundo Pertence, a questão da ordem, sobre a legitimidade dos senadores eleitos em 1982, suscitada na sessão de eleição do presidente da Assembléia, não resultou em reforma do texto constitucional, mas em mera interpretação. Para ele, a Assembléia não se utilizou do poder constituinte derivado, ou seja, o de emendar a Constituição, com dois terços ao Congresso Nacional, em dois turnos.

Ontem, o líder do PL, deputado Álvaro Vale, protocolou junto ao Supremo Tribunal Federal pedido de interpretação para que o tribunal defina se, até a promulgação da nova Constituição, devem ser observados os procedimentos vigentes de elaboração e reforma constitucional. Em resumo, a bancada do PL quer que o Supremo interprete os limites da soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Até o início da noite de ontem, o presidente do STF, Moreira Alves, não havia proferido nenhuma decisão sobre a questão. Segundo o assessor de imprensa, jornalista Ézio Pires, o ministro estudaria o assunto em casa antes de decidir. Só que, sobre esse tema, a Constituição é clara: representação de interpretação de texto constitucional é ação privativa do procurador-geral da República.

Se depender da receptividade dos constituintes, a idéia da União Nacional, em substituição ao Pacto Social, para resolver os graves problemas que afligem o País, preconizada pelo presidente José Sarney, não será levada adiante. O senador Itamar Franco, que disputou o governo de Minas Gerais, por exemplo, disse, ontem, que "antes de defender qualquer iniciativa, o presidente José Sarney necessita encontrar uma bússola porque está claramente sem rumo". Na sua opinião, para promover a União Nacional o governo teria que ter um "norte".

Também o senador Luís Viana, um ex-pedessista que se encontra no PMDB baiano e é amigo do presidente Sarney, manifestou ceticismo diante da proposta, observando que "se o governo acha que tem condições deve tentar. Somente assim, vamos saber se tem ou não condições".

O deputado Fernando Lyra, do PMDB pernambucano, chegou a indagar a respeito dos fundamentos que o governo utiliza para pensar em fazer isso. Conforme o parlamentar, "está instalada a Constituinte, que é quem tentará fazer um grande Pacto Social para bus-

Duas idéias rejeitadas: a "união nacional" e o bloco moderado.

car a legitimidade do poder, que levará à democracia plena".

Enquanto isso, o deputado Lysâneas Maciel, do PDT do Rio de Janeiro, disse que "essas teses conciliatórias são aparentemente boas e saudáveis, mas feitas entre políticos governistas, com exclusão do povo, não têm o menor sentido". O deputado Fernando Santana, do PCB baiano não foi menos cético, frisando que, se um movimento como o de União Nacional não tiver como base a adoção de políticas que realmente resolvam os problemas brasileiros, "nada feito".

Bloco moderado

O presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, não revelou qualquer entusiasmo com a proposta do líder do PFL, José Lourenço, de criação do bloco moderado, para enfrentar as esquerdas na Constituinte. "Isso poderá desestabilizar os partidos e as lideranças" — disse ele.

O secretário-geral do partido, deputado Milton Reis, denunciou que "alguem está interessado em dividir o PMDB", mas os peemedebistas "não vão se sensibilizar pelo canto da sereia, porque acha que predomina entre os integrantes do PMDB a opinião de que devem evitar o confronto ideológico na Constituinte".

Apesar disso os "progressistas" estão-se articulando para formar frente com mais de 100 Constituintes. Representantes das esquerdas do PMDB estão-se reunindo, informalmente, com líderes do PDT, do PCB, do PC do B, do PT e do PSB. Ainda ontem conversaram Lysâneas Maciel (PDT), Jamil Haddad (PSB) e Edmilson Valentim (PCB do B).

Leia e Anuncie • Leia e Anuncie • Leia e Anuncie •